



Índice

- 01 [MPF recomenda que atendimentos a indígenas Kaxarari sejam registrados por escrito](#)
- 02 [Prêmio aborda identidade étnica do povo brasileiro](#)
- 03 [Ministro Barroso nega pedido para suspender tramitação da PEC 215](#)
- 04 [Câmara dos Deputados adia instalação de grupo que analisará PEC 215](#)
- 05 [Indígenas denunciam precariedade no serviço de saúde](#)
- 06 [Protesto reúne bancários, carteiros e índios no centro](#)
- 07 [Indígenas vão a Assembleia e pedem fim da PEC 215](#)
- 08 [Morre Irmã Genoveva, missionária há 60 anos junto ao povo Tapirapé](#)
- 09 [Projeto contra direitos indígenas de Romero Jucá tem previsão de tramitação rápida](#)
- 10 [Construção de rodovias no governo militar matou cerca de 8 mil índios](#)
- 11 ["Prefiro me arriscar do que ficar com a escolta"](#)



MPF recomenda que atendimentos a indígenas Kaxarari sejam registrados por escrito
SÍTIO PGR, 25.09.2013

DSEI Alto Rio Purus tem 20 dias para responder se acatará recomendação

O povo Kaxarari tem reclamado ao Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) que não vem recebendo serviços de saúde de forma adequada e eficiente. Para o MPF/RO, há divergências entre as informações prestadas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Purus e a realidade das aldeias. Essas diferenças foram relatadas pelos indígenas e também observadas durante visitas feitas pelo MPF/RO.

Por causa desta situação, o MPF/RO expediu uma recomendação ao DSEI Alto Rio Purus para que faça registros detalhados dos pedidos dos indígenas do povo Kaxarari; mantenha, em livro próprio, registro com numeração sequencial das ocorrências e registre termo de encerramento mensal. Foi enviada, junto com a recomendação, um modelo de registro de atendimento.

Na recomendação consta ainda que o chefe do DSEI deverá participar, ao menos uma vez por ano, de Assembleia da Organização do Povo Indígena Kaxarari (OCIK) e também apresentar ao MPF/RO e à OCIK a programação com datas dos atendimentos médicos, odontológicos e das vacinações nas aldeias.

O procurador da República Raphael Bevilaqua deu prazo de 20 dias para que o DSEI informe se acatará ou não a recomendação. Caso não seja cumprida, o MPF/RO poderá adotar outras medidas administrativas ou judiciais.

O povo Kaxarari tem suas aldeias em Extrema de Rondônia, distrito de Porto Velho. Um inquérito civil público acompanha e fiscaliza as ações dos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento a esta população e cobra melhorias da infraestrutura e dos serviços básicos prestados.

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal

(69)3216-0511 / 8431-9761

ascom@prro.mpf.gov.br



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2013

Brasília, 25 de setembro de 2013.



Prêmio aborda identidade étnica do povo brasileiro

SÍTIO DOURADOS AGORA, 25.09.2013

Inscrições podem ser feitas até o dia 10 de outubro. As equipes vencedoras receberão um tablet e um smartphone por componente.

O prêmio Curta Histórias procura fomentar o desenvolvimento de atividades pedagógicas audiovisuais de cunho cultural e educativo por meio da valorização da identidade étnica e racial do povo brasileiro. O tema escolhido para sua primeira edição é Africanidades Brasileiras.

Cada escola de educação básica da rede pública de todo o país pode inscrever um vídeo de até um minuto, não contabilizando os créditos, e que deve ser produzido por equipe formada por um professor ou educador responsável e até cinco alunos.

As imagens podem ser captadas por aparelhos de telefone celular e câmeras domésticas. As inscrições para o prêmio Curta Histórias podem ser feitas até o dia 10 de outubro.

O prêmio terá dez finalistas e os vencedores serão anunciados em 25 de novembro, em Brasília, em evento com a participação das dez equipes finalistas. Serão escolhidos três vencedores, um por júri popular e os outros dois por uma comissão julgadora final.

As equipes vencedoras receberão um tablet e um smartphone por componente e a escola vai ganhar um aparelho data show, um DVD, uma filmadora digital e uma câmera fotográfica semiprofissional.

Além disso, os estudantes participarão de oficina de formação em cinema e empreendedorismo, com duração de 24 horas.

O projeto é resultado da parceria entre Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação com a Fundação Casa da Árvore, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Fundação Vale e Fundação Telefônica. (Ministério da Educação)



Ministro Barroso nega pedido para suspender tramitação da PEC 215

SÍTIO DOURADOS AGORA, 25.09.2013

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido de deputados da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas para suspender a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que trata da demarcação de terras indígenas. A decisão foi assinada na sexta-feira (20).

Na decisão, o ministro considerou precipitado interferir na tramitação da PEC e proibir a Câmara dos Deputados de debater o assunto.

“Considero precipitado e, mais do que isso, uma interferência indevida proibir o funcionamento de uma comissão deliberativa do Congresso Nacional.

Seria igualmente impensável presumir que os parlamentares atentariam de forma deliberada contra a Constituição.

Em vez disso, assumo a premissa de que o debate na comissão será plural, permitindo que os diferentes pontos de vista sejam vocalizados e apreciado”.

A PEC 215 está em tramitação desde 2000 e retira do Poder Executivo a atribuição exclusiva de homologar terras indígenas.

De acordo com o texto, o Congresso Nacional passa a ter competência para aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações homologadas.

No dia 18 de setembro, o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), suspendeu a reunião para a instalação da comissão especial que vai analisar a PEC 215. (Agência Brasil)



Câmara dos Deputados adia instalação de grupo que analisará PEC 215

SÍTIO DOURADOS AGORA, 21.09.2013

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), suspendeu a reunião para a instalação da comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215.

O encontro estava marcado para quarta, dia 18, às 14h30. O texto transfere para o Legislativo a prerrogativa de demarcação de terras indígenas.

De acordo com o presidente em exercício da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), a decisão foi tomada porque parlamentares do PT pediram ao presidente da Câmara mais tempo para discutir a matéria.

O PT já manifestou posição contrária à PEC e ainda não indicou o nome dos membros para compor a comissão especial.

Na quarta, dia 18, durante a reunião da Comissão de Agricultura, parlamentares da bancada ruralista criticaram a suspensão da instalação da comissão especial.

Essa é a maior demonstração de incompetência e frouxidão desta Casa – disse o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Já o deputado Bohn Gass (PT-RS) defendeu a suspensão.

Com a PEC 215 queremos mudar uma tarefa que cabe ao Executivo. Ao Legislativo, cabe fiscalizar.

Estamos mudando para dizer que o deputado terá a tarefa da presidenta. Sob o ponto de vista do mérito, não concordamos – frisou o petista.

A proposta é polêmica e contrapõe índios e produtores rurais. A tramitação da PEC está parada desde abril quando centenas de indígenas invadiram o plenário da Câmara em ato de contrário à proposta.

Os parlamentares acusam a Fundação Nacional do Índio de praticar ilegalidades nos laudos antropológicos usados para identificar áreas indígenas.

Já o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tem dito que o governo é contrário à PEC por considerá-la inconstitucional, ao ferir o preceito da separação dos Poderes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 174/ 2013

Brasília, 25 de setembro de 2013.

Na semana passada, o deputado Henrique Eduardo Alves havia assinado a autorização para a instalação da Comissão Especial para analisar a PEC 215.

Polêmico, o projeto é alvo de um mandado de segurança da bancada indigenista contra a instalação dessa comissão, sob análise pelo Supremo Tribunal Federal. (Agência Brasil)



Indígenas denunciam precariedade no serviço de saúde

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 24.09.2013

Lideranças das aldeias indígenas de Aquidauana e Anastácio estiveram na Assembleia nesta terça-feira (24) para pedir apoio do deputado estadual Felipe Orro (PDT) ao movimento que encampam pela substituição do coordenador geral da Sesai (Secretaria de Saúde do Índio), Nelson Carmelo, a quem acusam de descaso no cumprimento de suas funções. Alegam que falta medicamentos, atendimento médico e infraestrutura nas aldeias e afirmam que o coordenador sequer os recebe para dialogar e que nunca visitou as aldeias para se inteirar da situação.

Cerca de 50 indígenas ocupam uma sala da Coordenadoria, em Campo Grande, em um protesto contra a permanência do coordenador no cargo; na semana passada eles chegaram a bloquear o trânsito na BR-262 entre Aquidauana e Miranda, sempre com o objetivo de chamar a atenção para o problema que enfrentam. "O coordenador não quis nos receber, ficou trabalhando no andar de cima. Agora está despachando de outro prédio", disse o cacique da aldeia Aldeinha, de Anastácio, Enéias Campos da Silva.

O deputado Felipe Orro se dispôs a tentar uma mediação junto a Brasília para resolver o impasse. "Considero justas as reivindicações e o governo federal precisa ouvir as comunidades. Se estão insatisfeitos é porque alguma coisa não está certa. Ninguém sai da sua casa para protestar, ocupar prédio público, bloquear rodovia sem uma razão forte que o leve a isso. Vou pedir o apoio dos demais deputados para que a Assembleia, como instituição, tome uma posição", disse Felipe Orro.

Também integravam a comitiva o cacique Joseniel Martins da Aldeia Buritizinho, o professor Vanderlei Dias Cardoso da aldeia Limão Verde e José Luis Leite Torres, também da aldeia Buritizinho.



Protesto reúne bancários, carteiros e índios no centro

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 24.09.2013

Grupos protestam em ruas do Centro de Campo Grande (Foto: Marcos Ermínio) Grupos protestam em ruas do Centro de Campo Grande (Foto: Marcos Ermínio)

Bancários, carteiros e índios estão protestando nas ruas do Centro de Campo Grande, na tarde hoje (24), e o trânsito, na altura da avenida Afonso Pena e rua 14 de Julho, está interditado.

Os manifestantes seguem pela rua Marechal Cândido Mariano Rondon e depois vão até a rua Barão do Rio Branco, onde devem parar na agência do banco Itaú. O protesto reúne cerca de 200 pessoas e cada categoria reivindica melhorias aos trabalhadores.

No caso dos carteiros, é cobrado a reposição da inflação em 7,13%; reajuste salarial de pelo menos 15%; incorporação no salário base (que atualmente é de R\$ 1.004 por 40 horas semanais) de R\$ 200, entre outros. A categoria reclama de não haver negociação com o pedido.

Os indígenas pedem melhorias na área da saúde. Cobram da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena) mais postos de saúde, medicamentos e viaturas. Eles também afirmam que não têm um coordenador para lutar pelos direitos dos índios.

Os bancários reivindicam o fim da tercerização e cobram a rotatividade de funcionários nas agências. A classe está em greve desde a semana passada.

Os grupos se encontraram em frente à agência do Banco do Brasil, na avenida Afonso Pena com a rua 13 de Maio, de onde seguiram pelo Centro da Capital em marcha de protesto.



Indígenas vão a Assembleia e pedem fim da PEC 215

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 25.09.2013

Representantes da comunidade indígena foram hoje na Assembleia Legislativa participar da audiência do Fórum Mundial de Direitos Humanos. Eles defenderam no plenário o fim da PEC 215 (Proposta de Emenda à Constituição) que pretende repassar ao Congresso Nacional a prerrogativa de demarcação de terras indígenas, quilombolas e áreas de conservação ambiental, que hoje são atribuições do governo federal.

A sessão de hoje do legislativo foi transformada em “sessão especial” para que as discussões do Fórum dos Direitos Humanos fossem antecipadas já pela manhã. “Se esta PEC for aprovada será um crime para os povos indígenas, muitos vivem em uma situação miserável, nós queremos uma vida decente, a política precisa ajudar e ser aplicada em favor da questão indígena, não o contrário”, afirmou Eduardo Barbosa, presidente do conselho municipal dos direitos dos povos indígenas.

Já a presidente do Conselho das Mulheres Indígenas do Brasil, Evaniza Mariano, pediu que houvesse um esclarecimento sobre o que é quer dizer os direitos humanos e o que ele pode contribuir para questão indígena. Ela se emocionou ao definir a PEC 215 como um “genocídio” a comunidade indígena. “Temos que derrubar esta lei, somos minorias, mas somos fortes, sempre vou derramar minhas lágrimas por causa do meu povo”, enfatizou.

Evaniza ainda lembrou que ano que vem tem eleições e a comunidade indígena aqui em Mato Grosso do Sul pretende “levantar” um deputado estadual e um federal. “Ano que vem tem voto e nós queremos ter nossos representantes”, completou.

Situação – O deputado estadual Pedro Kemp (PT) destacou que o governo federal precisa se adiantar nas demarcações no Estado, já que as indenizações por meio de TDA (Título de Dívida Agrária) não foram para frente. “Esperamos que haja uma segunda alternativa, não podemos deixar este debate esfriar, temos que resolver esta questão ainda no governo da presidente Dilma (Rousseff)”, afirmou ele.



Morre Irmã Genoveva, missionária há 60 anos junto ao povo Tapirapé

SÍTIO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 24.09.2013

Morreu no início da tarde desta terça-feira, 24, no município de Confresa, Mato Grosso, a Irmã Genoveva. Há 60 anos vivendo junto ao povo Tapirapé, a missionária passou mal na aldeia Urubu Branco, local onde morava, logo após o almoço. Morreu enquanto era levada ao hospital. O enterro ocorrerá na própria aldeia. Em agosto deste ano, Veva, como era conhecida, completou 90 anos.

Três irmãzinhas chegaram ao Brasil no dia 24 de junho de 1952, com o objetivo de morar junto com os Tapirapé, numa casa como a dos indígenas, passando a ter a mesma alimentação e o mesmo estilo de vida.

“Ir aos esquecidos, aos desprezados, pelos quais ninguém se interessa”, são as palavras da Irmãzinha Madalena, fundadora da Fraternidade. As Irmãs Genoveva, Clara e Denise, quando chegaram à aldeia Tapirapé, encontraram um povo com cerca de 50 pessoas, sobreviventes dos ataques de seus vizinhos Kayapó. Na foto ao lado, as Irmãzinhas de Jesus com Dom Pedro Casaldáliga.

Hoje, cerca de 800 Tapirapé, em sua maioria crianças e jovens, vivem nas aldeias Majtyritãwa, próxima a Santa Terezinha, Tapiitãwa, Wiriaotãwa, Akara'ytãwa e Xapi'ikeatãwa, na área indígena Urubu Branco, próxima da cidade de Confresa.

O respeito às crenças, ao estilo de vida e aos costumes dos Tapirapé foi o que fez das Irmãzinhas as principais aliadas deste povo durante todos estes anos. As lutas foram muitas e a determinação destas mulheres ainda maior.

“Queríamos viver no meio deles o amor de Deus que não deseja outra coisa senão que vivam e cresçam como Tapirapé”, afirmava a Irmãzinha Genoveva, que vivia junto ao povo.

Logo na chegada, deram atenção especial à saúde, pois os indígenas estavam muito expostos ao contágio de doenças levadas pelos não-índios. Era a primeira vez que a “fraternidade” se estabelecia numa comunidade indígena em solo brasileiro. Muita coisa aconteceu durante esses 60 anos. Os Tapirapé, que pareciam estar próximos da extinção, conseguiram se recompor.

Mas, para chegar a essa nova situação, quanta dedicação, partilha e aprendizagem foi exigida das irmãs que vinham de uma cultura completamente diferente. Apesar de alguns surtos epidêmicos, com a chegada das Irmãzinhas a mortalidade foi reduzida e quase erradicada, devido aos tratamentos curativos e do controle profilático das doenças. Nesse processo todo, as Irmãzinhas sempre respeitaram a maneira de ser dos Tapirapé.

CONT.



O Povo Tapirapé

O quase extermínio dos Tapirapé se dá a partir de 1909, quando a população de aproximadamente 2000 índios foi exposta às doenças trazidas pelos não-índios. Epidemias de gripe, varíola e febre amarela acabaram com duas aldeias. Outro agravante da diminuição e dispersão dos Tapirapé foram as disputas existentes com os Kayapó, que viviam na mesma região. Em 1935, já estavam reduzidos a 130 pessoas e, em 1947, estavam com apenas 59.

Foi nesse ano que ocorreu o grande ataque Kayapó. Aproveitando a ausência dos homens que haviam saído para a caça, a aldeia Tampiitãwa foi praticamente destruída e várias mulheres e meninas raptadas. Com a chegada das Irmãzinhas, em 1952, a situação começa a ser controlada. Com isso, podemos dividir a história Tapirapé em duas etapas - antes e depois das Irmãzinhas.

Testemunho de doação

Desde 1952, quando chegou à aldeia, Genoveva, ou simplesmente Veva nunca mais saiu de perto dos Tapirapé. Veva nasceu no dia 19 de agosto de 1923, em Valfraicourt, um lugarejo da França. De aparência frágil, cabelos brancos, há muitos anos acordava todos os dias antes do sol para cuidar da pequena roça que cultivava atrás das casas de taipa da aldeia Urubu Branco, a maior do povo.

O respeito total à cultura e ao processo histórico deste povo fez com que os Tapirapé se salvassem e se multiplicassem, tornando-se um povo alegre e seguro. Das religiosas, Veva era a única Irmãzinha que permanecia na aldeia desde o começo da missão. Atualmente vivia numa casa simples, como as outras dos indígenas, em companhia das colegas Odila e Elizabette.



Projeto contra direitos indígenas de Romero Jucá tem previsão de tramitação rápida
SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 24.09.2013

Proposta deverá ser analisada apenas por comissão e depois pelos plenários do Senado e da Câmara

O projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que restringe drasticamente os direitos de povos indígenas sobre suas terras tem prevista uma tramitação rápida, com pouca discussão.

Ainda sem número, a proposta está hoje na comissão mista – com representantes da Câmara e do Senado – criada para regulamentar dispositivos da Constituição. Caso aprovada, ela segue direto para os plenários do Senado e da Câmara.

O projeto permite excluir de Terras Indígenas (TI), durante a demarcação, fazendas, núcleos urbanos, minas, hidrelétricas e estradas, entre outros, a título de regulamentar o parágrafo 6º do Artigo 231 da Constituição, que estabelece exceções à posse e uso exclusivo das comunidades indígenas sobre suas terras no caso de “relevante interesse público da União” (leia mais).

Na quinta (19/9), Jucá adiou pela terceira vez a apresentação de seu relatório. Desta vez, a pedido de parlamentares que não puderam participar da reunião do colegiado. Em entrevista ao ISA, no entanto, ele disse que espera votar seu parecer em 15 dias. Nesse período, não estão previstas audiências públicas ou reuniões para ouvir os setores interessados.

“Estamos apresentando o relatório definindo o que é prioritário, o que é estratégico para o Poder Público federal no caso de demarcação de terras indígenas”, comentou o senador. Ele diz que enviou à Casa Civil e ao Ministério da Justiça seu texto, mas que ainda aguarda contribuições desses órgãos.

O governo deverá apoiar o projeto como uma alternativa à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere do Executivo ao Legislativo a prerrogativa de aprovar as demarcações e é uma bandeira ruralista.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, admitiu que o governo deve seguir nessa direção, mas não apontou qual texto pretende cancelar, em encontro com representantes da bancada do agronegócio, na quarta (18/9), segundo nota do site do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) (leia aqui).

O presidente da comissão mista, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), apoia o projeto de Jucá. Depois da reunião da comissão, na quinta, disse que a proposta deve dividir tanto o PT quanto o governo. Ex-líder do governo e parlamentar influente, Vaccarezza acredita, no entanto, que, afinal, a proposta terá o aval da presidenta Dilma Rousseff. “No governo, quem dá a posição final é a presidente”, afirmou.

CONT.



A tendência é que os próprios ruralistas optem por regulamentar o parágrafo 6º, já que a alternativa tem o apoio do governo, trâmite e quórum de aprovação mais simples que os de uma PEC.

A disputa deve recair sobre qual projeto e qual casa do Congresso terá a primazia sobre o assunto. Os ruralistas seguem pressionando o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a colocar em votação um requerimento de urgência para apreciação no plenário do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, com teor muito semelhante ao texto de Jucá (veja aqui). O Planalto tem uma base parlamentar mais estável no Senado e mais de controle sobre os passos de Vacarezza e Jucá, que também é ex-líder do governo.



Construção de rodovias no governo militar matou cerca de 8 mil índios

SÍTIO AMAZÔNIA.COM, 25.09.2013

Projetos de governos militares são investigados pela Comissão da Verdade. Maior parte das mortes, em quatro frentes de construção de rodovias, não foi registrada.

As investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela região Amazônica indicam um verdadeiro genocídio de índios durante o período da ditadura militar. Não há como falar em um número exato de mortos devido à falta de registros. Os relatos colhidos, no entanto, apontam que cerca de oito mil índios foram exterminados em pelo menos quatro frentes de construção de estradas no meio da mata, projetos tocados com prioridade pelos governos militares na década de 1970.

Os trabalhos da Comissão da Verdade miram os processos de construção e o início do funcionamento das rodovias BR-230, conhecida como Transamazônica; a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, a BR-210, conhecida com Perimetral Norte e a BR 163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA).

Essas estradas fizeram parte do Plano Nacional de Integração (PIN), instituído pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, em 16 de julho de 1970, e que previa que 100 quilômetros em cada lado das estradas a serem construídas deveriam ser destinados à colonização. A intenção do governo era assentar cerca de 500 mil pessoas em agrovilas que seriam fundadas.

Transamazônica

A Transamazônica foi escolhida como prioridade e, por isso, representou uma verdadeira tragédia para 29 grupos indígenas, dentre eles, 11 etnias que viviam completamente isoladas. Documentos em poder da Comissão da Verdade apontam, por exemplo, o extermínio quase que total dos índios Jiahui e de boa parte dos Tenharim. O território dessas duas etnias está localizado no sul do Estado do Amazonas, no município de Humaitá.

O Ministério Público Federal no Amazonas também abriu um inquérito para apurar as violações de direitos humanos cometidas contra esses povos no período da ditadura militar. Os documentos indicam ainda que indígenas sobreviventes acabaram envolvidos nas obras em regime de escravidão.

Grupo Planejamento e Gestão do Território na Amazônia – UFAM Mapa da Terra Indígena decretada por Figueiredo em 1981. Grupos indígenas foram os mais prejudicados pela política de ocupação da Amazônia no regime militar

CONT.



Atualmente, a população Jiahui, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), não chega a 90 índios. Antes da construção da estrada, eram mais de mil. Já os Tenharim somam hoje 700 pessoas. Eram mais de dois mil antes da chegada das frentes de construção.

Matança

Entre as práticas de violência contra índios já identificadas estão as “correrias”, expedições de matança de índios organizadas até o final da década de 1970, principalmente no sul do Amazonas e no Acre. Essa prática foi detalhada no primeiro relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, um documento de 92 páginas, ao qual o iG teve acesso.

O relatório descreve a matança do povo Waimiri-Atroari, que habitava até 1967 a região entre Manaus e o município de Caracaraí, em Roraima. A região corresponde à parte norte do vale do rio Urubu e inclui os rios Uatumã, Curiuaú, Camanaú, Alalaú, todos no Amazonas, além dos rios Jauapery e Anauá, em todo Estado de Roraima, até a fronteira com a Guiana. Esse povo foi diretamente impactado pela construção da BR-174.

“Muitos dos episódios de ‘correrias’ tiveram a participação direta de agentes públicos”, aponta o relatório elaborado pelos coordenadores do comitê local, Egydio Schwade e Wilson Braga Reis.

“Pais, mães e filhos mortos, aldeias destruídas pelo fogo e por bombas. Gente resistindo e famílias correndo pelos varadouros à procura de refúgio em aldeia amiga. A floresta rasgada e os rios ocupados por gente agressiva e inimiga. Esta foi a geografia política e social vivenciada pelo povo Kiña desde o início da construção da BR-174 em 1967 até sua inauguração em 1977”, descreve no documento. O termo “Kiña” é uma outra denominação para os Waimiri-Atroari.

O relatório também informa que, entre os povos mais duramente atacados em “correrias”, estão os Kaxinawa e os Madiha no Acre, além do povo Juma, no sul do Amazonas.

Lista de mortos

O relatório também pede mais investigação sobre o desaparecimento dos índios Piriutiti e sobre o que ocorreu com outras etnias durante a execução das grandes obras do governo militar. “Documentos apontam também para o genocídio do grupo Piriutiti, na mesma região, que merece uma investigação mais específica”, diz o texto.

Para Schwade, a investigação da Comissão Nacional da Verdade sobre a violência sofrida por índios terá que apontar o que ocorreu com os Cinta Larga e Suruí, na região dos rios Aripuanã e Roosevelt, entre Rondônia e Mato Grosso; os Krenhakarore do rio Peixoto de Azevedo, na rodovia Cuiabá-Santarém (conhecidos como Índios Gigantes); os Kanê ou Beigos-de-Pau do Rio Arinos no Mato Grosso; os Avá-Canoeiro em Goiás; Parakanã e Arara no Pará, entre outros, em função dos projetos políticos e econômicos da Ditadura.

CONT.



Restrição de informação

De acordo com Schwade, apesar de o episódio ser relativamente recente e ter ocorrido bem próximo à capital amazonense, a cerca de 200 quilômetros, as pessoas sabem menos dessa matança do que sobre os massacres acontecidos aos mesmos índios há 150 anos. "Apesar da farta documentação existente, que comprova o exercício de uma política genocida, instalou-se junto ao povo Wamiri-Atroari um programa de controle da informação", aponta. Os militares, de acordo Schwade, mantiveram afastados do local indigenistas, cientistas e jornalistas. "Não houve acesso, a não ser dos que tinham vinculação com os interesses empresariais instalados no território indígena", denunciou.

O conluio de agentes públicos com empresários e fazendeiros ligados a lideranças políticas locais é outro ponto observado por técnicos da Comissão da Verdade que estiveram na Amazônia para colher informações. Onde as frentes para a abertura de estradas chegaram, também chegaram os fazendeiros, que se instalaram demarcando latifúndios em terras antes pertencentes aos índios.

Yanomamis

A construção da rodovia Perimetral Norte também é objeto de estudo da Comissão da Verdade. A obra representou um desastre para o povo Yanomami e estima-se que pelo menos dois mil índios dessa etnia tenham sido exterminados no período. Uma avaliação da Comissão da Verdade indica que o desastre só não foi maior porque o governo militar não chegou a concluir a obra. Com isso, muitas aldeias acabaram preservadas, já que o projeto da estrada, que cortava inteiramente o território Yanomami, não foi executado na integralidade.

O traçado planejado para a rodovia passava pelos Estados de Amazonas, Pará, Amapá e Roraima. A proposta era cortar toda a Amazônia brasileira, desde o Amapá até a fronteira colombiana no Estado do Amazonas. Até hoje, somente um trecho, em Roraima, com pouco mais de 400 quilômetros, e outro no Amapá, com cerca de 100 quilômetros, foram construídos.

Embora o trecho executado seja considerado relativamente pequeno, a construção foi capaz de exterminar, quase que por completo, os índios Yawarip, um subgrupo Yanomami, na década de 1970. Mais tarde, a publicidade dada no governo militar ao grande potencial mineral do território Yanomami desencadeou a instalação de garimpos ilegais nas terras dos índios, o que provocou mais destruição.

Prazo

A avaliação preliminar da Comissão da Verdade é de que os relatos sobre a violência indígenas são muitos, mas ainda pulverizados. De acordo com técnicos, o desafio da comissão para finalizar um texto capaz de promover consequências jurídicas está em estabelecer uma narrativa dos fatos. Diante desse desafio, os conselheiros da Comissão da Verdade estudam pedir novamente um prazo à presidente Dilma Rousseff para a apresentação do relatório final, pelo menos em relação ao tema indígena.

CONT.



As três estradas estão sendo usadas como eixos da investigação, no entanto, os técnicos e conselheiros querem ainda contemplar no documento aspectos importantes como a militarização, na época, dos órgãos encarregados de proteger os índios. No caso, esse órgão seria a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Outro ponto importante do texto será o de estabelecer a cadeia de comando. Como os militares alegam que muitos documentos foram destruídos, fica quase impossível para comissão indicar de quem partiram as ordens para os ataques. A ideia é, nesse caso, que o texto indique quem ocupava cargos importantes na hierarquia militar em determinados Estados, municípios ou frentes de trabalho e que, pela rígida hierarquia militar, teria que ordenar ou consentir os ataques.



"Prefiro me arriscar do que ficar com a escolta"

SÍTIO AMAZÔNIA.COM, 25.09.2013

Líder extrativista ameaçado de morte no sul do Amazonas denuncia despreparo e abuso dos policiais enviados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos para protegê-lo

"Fiquei doente e deprimido, quase tive um infarto. Para mim chega: pedi a suspensão da escolta". Antônio Vasconcelos, de 59 anos, é pastor evangélico e principal liderança da unidade de conservação Reserva Extrativista do rio Ituxi, localizada no município de Lábrea, no sul do Amazonas. Único amazonense com direito à escolta do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, está cansado da "falta de preparo" das guarnições destacadas para lhe proteger a mando da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Por ter sofrido "agressão verbal e autoritarismo", diz Antônio, ele prefere "se arriscar" a ter que continuar com a escolta. O pedido de suspensão da proteção policial foi enviado no último dia 23 de agosto para a Secretaria. Na carta, Antônio reclama de estar longe da sua comunidade, sem condições financeiras e afirma "Eu não possuo mais condições emocionais para estar nessa situação"

Hoje, o pastor sente-se abatido, deprimido e doente: meses atrás precisou se internar em um hospital em Porto Velho (RO) por causa do estresse. No início de setembro, esteve em Manaus para firmar uma parceria com o Ibama. Veio sozinho, pois a escolta só lhe acompanha dentro do limite de Lábrea, e conversou longamente com a Pública.

Até dois anos atrás, Antônio Vasconcelos era alvo permanente de fazendeiros que ocupam irregularmente imensas extensões de terras públicas em Lábrea, município localizado na região conhecida como Arco do Desmatamento. No dia 23 de novembro de 2011, eles haviam decidido que chegara a vez do pastor "tombar" – o mesmo que ser assassinado, no vocabulário local. Naquele dia, segundo relatos, dois pistoleiros estavam perto da sua casa, em um hotel da cidade, aguardando o momento certo para disparar contra ele.

Os pistoleiros só não contavam com a coincidência da data. Também no dia 23 de novembro, um grupo de 13 policiais da Força Nacional de Segurança Pública chegava à cidade para iniciar a escolta do pastor. A guarnição chegara subitamente; Vasconcelos só havia sido informado que eles chegariam a qualquer momento. "Os policiais bateram na minha porta e anunciaram o início da escolta. Me explicaram como seria e depois foram se hospedar em um hotel". E os pistoleiros? "Fugiram". Ele conta que soube da presença de seus possíveis assassinos por uma camareira do hotel. "Ela ouviu a conversa deles. Quando viram que os policiais chegaram, um deles pegou o celular e ligou para alguém, dizendo 'sujou, sujou, tem um monte de polícia aqui. Não dá mais para fazer o trabalho'. Decidiram ir embora".

Pastor Antonio em Manaus, em setembro de 2013

CONT.



Criando uma reserva e fugindo das balas

Nascido em um lar evangélico da comunidade Vera Cruz, à margem do rio Purus, Vasconcelos se mudou com a família ainda criança para outra área, chamada Cucuriã. Na infância, ajudava os pais na exploração de seringa. Foi estudar quando a família se mudou novamente, desta vez para uma "praia" próxima à sede de Lábrea. Serviu o Exército, casou-se e teve oito filhos; trabalhou como segurança, eletricista e até teve seu próprio negócio, que não deu certo.

O curso da sua vida mudou quando precisou trazer a Manaus um filho que havia sofrido um acidente. Ali, em contato com outros "irmãos" da Igreja Assembleia de Deus, aceitou atuar como pastor em comunidades rurais do rio Ituxi, em Lábrea. "A luta começou quando me tornei pastor", lembra.

Município nascido a partir da expansão da produção de borracha, Lábrea fica a 702 quilômetros de Manaus. Durante o ciclo da borracha, a população – formada por imigrantes nordestinos que se uniram aos indígenas locais – vivia sob o jugo dos "coronéis de barranco", como eram chamados os donos dos seringais. Com a sua decadência, os "patrões" continuaram se intitulando os donos da terra, dos rios e dos recursos naturais.

O pastor Antônio acompanhado da escola de membros da Força Nacional

Foi neste ambiente que o pastor ajudou a população de 680 pessoas, divididas em 14 comunidades à beira do rio Ituxi um afluente do rio Purus, a transformar a área em uma Reserva Extrativista (Resex) – os 760 mil hectares são cobiçadíssimos por serem ricos em madeira de lei e em diamante.

Ao chegar no rio Ituxi, em junho de 1995, Vasconcelos não se conformou apenas em pregar a palavra de Deus. Incomodado com a falta de perspectiva da população ribeirinha e com a exploração dos "patrões", passou a ensiná-los a ler e a escrever. Também trabalhou como agente de saúde, sempre de forma voluntária. Depois, cobrou do poder público municipal carteiras escolares, material didático, escola e posto de saúde. "Percebi que faltava alguém para incentivar aquele povo, porque eles erravam por não conhecer. Reuni três comunidades e dava aula em dois turnos para crianças e adultos. Não existia luz elétrica. Cada aluno levava uma lamparina e colocava na carteira. Mesmo assim eles nunca faltavam. Todos tinham interesse em aprender e eu muito mais de ensinar", lembra.

Hoje, a Resex Ituxi tem 12 escolas. Em uma delas, o professor é um dos oito filhos de Antônio Vasconcelos. A área atualmente tem três agentes de saúde e um barco hospitalar. "Não foi fácil. Foi preciso a gente lutar e gritar", diz.

CONT.



Apesar das iniciativas por educação e saúde, as populações das comunidades continuavam sem perspectiva. Foi quando o pastor teve a ideia de oficializar o extrativismo – coleta de produtos como copaíba, seringa, andiroba e castanha. O projeto, com apoio do Ministério do Meio Ambiente, deu certo. “Eu nem sabia o que era Resex. Só ouvia falar e senti necessidade de aprender. Foi quando fiz um intercâmbio nas áreas onde já existiam Resex. Fui a Xapuri, onde morou Chico Mendes. Não sabia que eu já era conhecido. Foi a partir daquela reunião em Xapuri que eu soube que corria risco de morrer”, lembra.

As ameaças começaram em 2001. Em seguida, as perseguições, assim como o início de uma série de registros de boletins de ocorrências na delegacia de Lábrea. “Os poderosos não queriam a Resex porque a terra já estava toda demarcada pelos grileiros. A prefeitura dizia que ia prejudicar a economia local. Foi um embate muito duro. Quando a maioria decidiu pela criação da Resex, eles (os políticos e os fazendeiros) ficaram muito revoltados, mas saímos vitoriosos. A criação da Resex foi assinada em 2007 pelo presidente Lula. Mas foi aí que começou problema. Foi quando passamos a ser ameaçados com mais força. A situação piorou quando mataram o Dinho”, lembra, referindo-se a Adelino Ramos, liderança popular assassinada em 2011.

Dede então, os fazendeiros jamais foram retirados da área. Aqueles que são suspeitos de atentar contra a sua vida e a de outras lideranças seguem em liberdade; os que são presos acabam soltos dias depois. “Uma vez o delegado de Lábrea me chama e diz assim: ‘pastor Antônio, eu tenho 21 mandados de prisão das pessoas que estão lhe ameaçando, mas antes delas serem presas já tem alvará e soltura. A única arma que temos aqui é essa pistola. Os outros lá estão armados até os dentes. Quem de nós vai lá prender? Ninguém vai’. O delegado falou isso e nunca prendeu ninguém”, diz.

Reunião da Reserva Extrativista do Rio Ituxi

Antes da chegada da Força Nacional, ele recebia ameaças de morte por telefone e por “recados” que os algozes faziam chegar até seus ouvidos. Uma das vezes em que escapou de morrer foi no mesmo dia do assassinato de Dinho, uma das principais lideranças camponesas do sul do Amazonas, em 27 de maio de 2011. Um pistoleiro correu atrás do pastor que, de bicicleta, pedalou o mais rápido que pode.

Aos poucos, ele percebia que sua vida realmente corria perigo de “tombar”. Em maio de 2012, ele tivera contato com o ouvidor agrário nacional, o desembargador Gercino Silva Filho, em uma audiência ocorrida em Lábrea. No mesmo mês, junto com outros ameaçados de morte, incluindo Laísa Sampaio, irmã da extrativista Maria do Espírito Santo da Silva (assassinada no Pará junto com o marido, José Cláudio Ribeiro, em maio de 2011), ele participou de uma sessão na Câmara dos Deputados. “Eu disse que era um defensor da floresta, mas que a floresta estava clamando por justiça e providências. Mas disse também que a vida do ser humano era mais preciosa. Por isso a gente precisava continuar vivo”.

CONT.



De volta à Lábrea, Vasconcelos soube que um dos suspeitos de tentar matá-lo havia sido preso. Mas, para sua infelicidade, ele fora solto três dias depois. "Foi quando eu disse para o delegado: quer dizer que é preciso que me matem para prender a pessoa? O senhor pelo menos perguntou a mando de quem ele fez isso? Ele não me respondeu. Um descaso total".

Com a escolta, quem ficou preso foi o pastor

Nos meses seguintes à chegada da escolta policial, em novembro de 2011, o pastor mudou-se para a cidade de Lábrea. Longe do seu lote de terra, não pode exercer agricultura e extrativismo, e, sem renda, é difícil arcar com as viagens para a comunidade que ajudou a fundar. Assim, sua atuação política e seu trabalho foram fortemente limitados. As ameaças dos pistoleiros sumiram, mas começou para o pastor uma rotina solitária e angustiante. Ele foi obrigado a se distanciar dos amigos e do restante da família (continuava acompanhado apenas da esposa), perdeu a privacidade, sua mobilidade foi reduzida. Apenas eventualmente participava de reuniões com outros moradores da Resex do rio Ituxi. "Minha rotina de trabalho nas comunidades, na coleta de castanha, no plantio da e na atividade da igreja parou". Mas a parte mais dolorosa foi o tratamento recebido dos policiais.

Antônio Vasconcelos relata que os dois últimos anos foram os mais infelizes da sua vida. O que era para ser um período pacífico e de razoável tranquilidade se transformou em uma fase de estresse e angústia devido aos "abusos e agressões verbais" dos policiais da Força Nacional.

A primeira guarnição ficou apenas uma semana. O grupo substituto era comandado por um "tenente muito mau", nas palavras do pastor. "Ele chegava na minha casa e colocava a arma na mesa. Me dizia que eu não poderia sair para canto algum. Recebia ameaças dele todos os dias. Uma vez ele ameaçou me prender sob acusação de abuso por desrespeito à autoridade. Peguei gastrite nervosa, entrei em estado depressivo. Foi preciso eu denunciar à SEDH. Foi também a única vez em que uma psicóloga dos Direitos Humanos me ouviu", lembra.

Após pedido de Vasconcelos e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que acompanha casos de conflitos agrários na Amazônia, o tenente foi substituído. O que ficou no lugar dele acompanhava Vasconcelos à Resex várias vezes. Mas este comportamento não era o mesmo dos outros policiais: "Recentemente sofri um novo problema. Um dos policiais gritou comigo na viatura, me ameaçou e me desrespeitou. Há momentos em que eles ficam colocando músicas imorais em frente da minha casa". Cansado, decidiu pedir o cancelamento da proteção. "Sem a escolta, quero apenas ter direito a um porte de arma, pois quero voltar a morar na Resex e preciso me defender".

No ofício enviado no dia 23 de agosto, ao qual a Pública teve acesso, o pastor pede "que seja suspensa minha proteção urgentemente". No documento, ele descreve seis motivos: "1 – Sou privado de estar na reserva onde resido, pois não me permitem ficar mais de 05 dias, e não tenho condições financeiras de arcar com curtos períodos de viagens sucessivas, pois a despesa de cada viagem é de 2.000 (dois mil reais).

CONT.



2- Estou passando necessidades financeiros por conta de não estar exercendo minha atividade de agricultura e extrativismo que é minha fonte de renda. 3 – Sou coordenador do projeto Preservida, proteção de quelônios do rio Ituxi e por conta de não poder estar na Resex o meu trabalho encontra-se militado. 4 – Pelo despreparo de alguns soldados da força nacional para este tipo de atividade de proteção. 5 – Eu não possuo mais condições emocionais para estar nesta situação. 6 – Por não ter ocorrido mais nenhuma ameaça contra a minha pessoa”.

Antônio Vasconcelos é um dos mais de 400 ameaçados de morte do país – chamados de “defensores” – incluídos no programa de proteção da SEDH. Atualmente, apenas três policiais lhe fazem escolta. Até ano passado, outra “defensora” do Amazonas, a extrativista Nilcilene Lima, que também tinha escolta, teve sua proteção suspensa pela SEDH. Nilcilene teve que sair de seu assentamento, também em Lábrea, após receber várias ameaças de morte de grileiros e hoje mora em local que não pode ser revelado.

Para CPT, pastor já está sendo “assassinado”

A coordenadora da CPT no Amazonas, Marta Valéria Cunha, dá como certo o assassinato de Antônio Vasconcelos caso ele fique sem escolta policial. E alerta: a responsabilidade será do governo brasileiro. Segundo ela, as primeiras reclamações do pastor sobre o tratamento dado por policiais foram tratadas pela SEDH como casos isolados. “Hoje a gente avalia que o despreparo é total e os bons é que são exceções. O pastor já vinha sofrendo ameaças dos grileiros e estava abalado. O mínimo que poderia ter ocorrido é que os guardas minimizassem esse problema”, disse.

Na avaliação de Marta, “de uma forma ou de outra” o pastor está, de fato, sendo “assassinado”: seja da forma mais lenta, com as doenças que adquiriu durante todo este processo, ou mais rápida, caso seja executado pelos pistoleiros. “Se realmente ele não quer mais a escolta, a pergunta que se faz é: por que ele não quer? Pelo despreparo da Força Nacional. Ele sabe da necessidade da proteção mas está sofrendo e prefere se arriscar em vista da incompetência das equipes”.

Antônio Vasconcelos contou à Pública que desde que entrou no programa de proteção, recebeu apenas “algumas ligações” das pessoas com quem “mantém contato” na SEDH. Até alguns dias após a nossa entrevista, a SEDH ainda não tinha respondido ao pedido de suspensão da escolta. Porém, em meados de setembro, após retornar a Lábrea, Antônio Vasconcelos recebeu alguns telefonemas da SEDH e foi convidado para ir a Brasília relatar pessoalmente a situação e explicar sua decisão de suspender a escolta. Desde então, o local da reunião foi transferido para Lábrea – mas até esta publicação, Vasconcelos ainda não havia sido informado sobre a data.

CONT.



A assessoria da Secretaria Especial de Direitos Humanos, contatada pela Pública, respondeu que "os atendimentos aos defensores podem ocorrer in loco ou nas cidades mais próximas. Prioritariamente os atendimentos devem ocorrer na cidade onde reside e atua o defensor". Sobre as recentes ligações para Antônio, disse também que "contatos por meio de ligações e e-mails são procedimentos de rotina da Equipe Técnica Federal para o acompanhamento e monitoramento do Defensor".

De acordo com a assessoria, no ofício enviado no dia 23 de agosto o pastor afirmava haver deixado de receber ameaças, e por isso teria pedido a suspensão da proteção policial. À Pública, em novo contato, Vasconcelos reiterou que a solicitação deve-se, sobretudo, ao tratamento dado pelos policiais, embora ele tenha citado outros motivos além deste no ofício. Conforme a assessoria da SEDH, o programa de proteção atende 404 pessoas no Brasil. Outros 152 casos estão em análise. São, em geral, lideranças de direitos humanos de diversos segmentos, com destaque para direito à terra, indígenas, quilombolas e meio ambiente.

A proteção policial "só vem em último caso". Outras medidas protetivas incluem "articulações com os órgãos e entidades, públicas e privadas, visando à resolução de conflitos e a superação das causas que geram as ameaças; articulações com os órgãos do sistema de justiça dos estados e da União para a defesa judicial e apoio no acompanhamento das violações; articulações com os órgãos de segurança pública dos estados visando a garantia da segurança do defensor de direitos humanos e apuração das violações; adoção de medidas psicossociais; adoção de ações que possibilitem o reconhecimento da atuação do defensor de direitos humanos na sociedade; e, excepcionalmente, a retirada provisória do defensor do seu local de atuação e o uso de escolta policial em casos de grave ameaça ou risco iminente".

Sobre o comportamento dos policiais, a SEDH afirmou por email que "não há relatos e informações sobre comportamento agressivo de policiais que fazem proteção de pessoas incluídas no Programa".